

Os pactos narcísicos da Academia: subalternidades, exclusões e violências

The Narcissistic Pacts in the Academy: Subalternities, Exclusions and Violence

Carolina dos Santos Bezerra

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Felipe Paes Piva

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O presente artigo apresenta dois relatos de pesquisa sobre como o pacto narcísico da academia invisibiliza a produção teórica dos corpos subalternizados no ambiente acadêmico e de como reiteram violências que são ao mesmo tempo sentidas e pesquisadas. Ao situar a criação da universidade e os referenciais teórico-epistemológicos que a constitui, apresenta duas experiências de pesquisas distintas: um relato autoetnográfico e análise de narrativas midiáticas. Por meio da interpretação dos marcadores sociais da diferença e a partir de uma perspectiva interseccional, são apresentadas as diferentes estratégias de luta por reconhecimento, proteção e autopreservação de grupos subalternizados diante das dificuldades enfrentadas por eles, e pelos próprios pesquisadores, ao relatarem situações de violência sofridas no meio acadêmico. Ao problematizar sobre o pacto narcísico da branquitude proposto por Cida Bento, discorre-se sobre como os diferentes pactos narcísicos da academia, históricos e contemporâneos, modelam e regulam as relações de poder e produção intelectual na universidade, garantindo a perpetuação de privilégios e visibilidade, através de diversas formas de controle institucional, valendo-se de violência, exclusão e silenciamentos como mecanismos de controle e regulação das relações estabelecidas e, em contraposição, a urgência de romper com a invisibilidade e dar voz e reconhecimento aos excluídos e subalternos, garantindo e respeitando a sua subjetividade, a sua posicionalidade e o agenciamento que acionam para garantirem a sua sobrevivência e a de suas pesquisas nesse meio.

Palavras-chave: Ensino superior, Violências institucionais, Desigualdades, Interseccionalidade, Subalternidades.

Recebido em 25 de agosto de 2024.

Avaliador A: 27 de setembro de 2024.

Avaliador B: 09 de novembro de 2024.

Aceito em 22 de janeiro de 2025.



ABSTRACT

This article presents two research reports on how the narcissistic pact of academia invisibilizes the theoretical production of subaltern bodies in the academic space, and how it reiterates the violence felt and researched. By situating the creation of the university and the theoretical and epistemological references that constitute it, the article presents two different research experiences: an autoethnographic account and an analysis of media narratives. Through the interpretation of social markers of difference and from an intersectional perspective, the different strategies of struggle for recognition, protection and self-preservation of subaltern groups are presented in the face of the difficulties faced by them and by the researchers themselves in reporting situations of violence suffered in the academic world. Problematizing the narcissistic pact of whiteness proposed by Cida Bento, it discusses how the various narcissistic pacts of academia, both historical and contemporary, shape and regulate power relations and intellectual production at the university, guaranteeing the perpetuation of privilege and visibility through various forms of institutional control. On the other hand, there is an urgent need to break with invisibility and give voice and recognition to the excluded and subaltern, guaranteeing and respecting their subjectivity, positionality and the agency they activate to ensure their survival and that of their research in this environment.

Keywords: Higher Education, Institutional Violence, Inequalities, Intersectionality, Subalternities.

INTRODUÇÃO

Para tratar dos pactos narcísicos da Academia, é necessário localizar histórica e epistemologicamente a sua criação, compreendendo a sua importância no processo colonizador e civilizatório no Brasil. Desse modo, a universidade é uma das diversas instituições que foram criadas para introduzir o país na modernidade, na urbanidade e na branquitude¹. Não é por outro motivo que ela se estabelece a partir dos referenciais europeus, ocidentais e judaico-cristãos. Data da primeira metade do século XIX o surgimento de dois modelos distintos de ensino

¹ Utilizamos o conceito de branquitude a partir dos estudos realizados desde a década de 1990 pela área da psicologia social da Universidade de São Paulo (USP) (Carone; Bento, 2002), compreendendo-o articulado com o processo de branqueamento simbólico, político, subjetivo e ideológico da população brasileira, que perpetua privilégios, ascensão social e superioridade intelectual a um determinado grupo que se apresenta enquanto modelo universal de humanidade. Desse modo, pretendemos trazer ao centro do debate das relações étnico-raciais no ambiente acadêmico, também, a construção da identidade racial do branco brasileiro, desconstruindo o imaginário analítico que vê esse fenômeno apenas como problema da população negra.

superior, o alemão e o francês, que tiveram grande influência sobre a concepção e determinação do estabelecimento do ensino superior em nosso país. Surgidas na primeira metade do século XX, as primeiras universidades brasileiras, a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo, tiveram grande influência de ambos os modelos.

A maneira como a universidade foi implementada no Brasil e os valores civilizatórios, teóricos e epistemológicos que a acompanham desde a sua fundação, foram determinantes para torná-la, além de uma instituição totalmente estratégica para a garantia e a reprodução desses valores, constituí-la também em um instrumento de regulação econômica, social, política e cultural. A consolidação de um sistema dual de ensino que dicotomizou a relação entre trabalho intelectual e trabalho manual, e polarizou a educação brasileira em uma educação para as elites *versus* uma educação para a classe trabalhadora, também foram dispositivos de controle para determinar e condicionar quais corpos deveriam ocupar espaços de produção de conhecimento intelectual, científico, artístico, filosófico etc., e quais seriam relegados e orientados ao trabalho braçal de limpar, cuidar, construir, carregar, servir etc.

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito a visão científica que nutria vários intelectuais da época, epistemologicamente ancorados nas teorias evolucionistas, cientificistas e eugênicas da virada do século XIX para o XX, que responsabilizavam as populações negra e indígena pelo atraso do país. Não é por outro motivo que o processo de imigração europeia e de branqueamento da população tinha como principal objetivo refrear o avanço de uma suposta inferioridade que era tratada como sendo de cunho patológico e biológico, com a miscigenação e a consequente garantia de uma nação brasileira branca. É imprescindível pontuarmos também questões relacionadas às relações de gênero e ao lugar histórico das mulheres na produção do conhecimento, no acesso ao ensino básico e superior, como também na reiterada compreensão de que elas não possuíam vocação intelectual, e sim para a maternidade, o cuidado, os trabalhos domésticos e braçais e as funções social e culturalmente construídas e orientadas a seus corpos².

A existência prolongada de desvantagens dos estudantes negros quando comparados aos estudantes brancos, em especial no ensino superior, e a mobilização em prol da criação de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, foram importantes para que fossem criadas políticas de ação afirmativa na educação, como a Lei das Cotas, Lei nº 12.711 de 2012. A ampliação de acesso ao ensino superior público tem resultado em um aumento proporcional de estudantes negros constituindo, assim, uma mudança institucional importante, pois passou a garantir a esse segmento o acesso a oportunidades sociais que antes lhe eram restritas e

2 Os estudos de Blay e Conceição (1991) apontam que a entrada de mulheres no ensino superior só ocorreu no final do século XIX. Somente a partir dos anos 1970 é que há uma mudança significativa com relação à presença feminina na universidade. Guedes (2008) aponta como a entrada feminina se deu de forma intensa entre as décadas de 1980 e 2000, chegando a triplicar nos últimos 30 anos.

inexistentes (Barreto, 2015).

Ainda que observemos as transformações ocorridas nos últimos anos com relação à presença de grupos subalternizados no ensino superior, quando nos detemos na análise a partir de uma ótica e uma ética interseccional, que articula os diferentes marcadores sociais da diferença, observamos que o acesso e a permanência das mulheres negras não é a mesma das mulheres brancas, assim como os dados da população LGBTQIAPN+ e das pessoas com deficiência também demonstram o quanto ainda temos que avançar para garantir que a universidade seja verdadeiramente um espaço diverso e plural, que acolha e crie sentimentos de pertença e identificação a todas e que realmente se torne promotora de equidade racial e de gênero.

Ao trabalhar com “políticas da diversidade” numa instituição de ensino superior, Sara Ahmed (2012) passou a advogar que a diversidade só se torna uma política de inclusão quando se enquadra dentro dos termos específicos de uma determinada instituição de ensino. O ideário da diversidade se torna associado a certos corpos tidos como ausentes naquele espaço – corpos não brancos, femininos, pobres, isto é, tudo que esteja fora da norma institucional até então –, modelando como a universidade vem se tornar um corpo público e visível. A retórica da diversidade pode ser usada para manufaturar uma certa coesão social, permitindo que a instituição, contraditoriamente, faça com que o sexismo, racismo, classicismo, LGBTQIfobia e toda uma série de iniquidades, sejam negligenciadas. As iniquidades passam a coexistir com uma ideia de um corpo institucional mais diversificado.

Sendo a universidade uma instituição historicamente excludente em nosso contexto, a diversidade pode ser usada primordialmente como uma maneira de mudar a própria percepção das discriminações mais do que a mudança efetiva das iniquidades dentro dessas organizações, gerando uma percepção que, sendo parte de um contexto mais amplo, as discriminações presentes neste meio seriam exteriores às suas estruturas, adentrariam tal espaço, quase que por contágio social, não sendo inerentes a ele. Consequentemente, as violências que ocorrem dentro da universidade são vistas como sintomas de uma sociedade violenta e não como um reflexo direto das normas vigentes na própria estrutura universitária, da forma particular que a manutenção de privilégios das classes dirigentes tem sido reiterada até hoje.

Baseando-se no conceito de pactos narcísicos do psicanalista René Kaës (1997), Cida Bento (2002, 2022) trata dos pactos narcísicos da branquitude. Segundo a autora, as instituições definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento particular que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, que são majoritariamente masculino e branco. Isso se dá por intermédio de uma transmissão que atravessa gerações, procurando alterar pouco ou quase nada a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Em nosso contexto específico, esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto

de cumplicidade não verbalizado entre as pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. Embora a autora privilegie o pacto narcísico da branquitude, gostaríamos, ao longo do artigo, de estender o conceito para os outros pactos narcísicos presentes no meio acadêmico: do machismo, da LGBTQIfobia, do elitismo, do capacitismo e afins. Pactos de uma certa cumplicidade, muitas vezes diretamente verbalizada, entre as pessoas que detêm o poder no meio universitário e que visam manter seus privilégios, mesmo diante de uma crescente reconfiguração demográfica do perfil dos discentes, dos docentes e dos servidores administrativos.

A manutenção desses privilégios, muitas vezes, assume formas violentas contra certos corpos, aqueles tidos como Outros, como não-pertencentes naturalmente àquele meio. Nos últimos anos, essa violência começou a ser publicizada para além dos muros da universidade, muitas vezes, por aquelas e por aqueles que passaram por casos reiterados de assédio, abuso sexual, LGBTQIfobia, racismo, classismo, violências psicológicas e morais, dentre outras. Foram as vítimas e suas redes de proteção que tornaram visíveis toda uma série de discriminações que acontecem cotidianamente no meio universitário, mas que permanecem silenciadas, não tratadas, nos mostrando a contínua convivência dos dirigentes com esses mecanismos nefastos dessa manutenção. Para isso, colocam em ação todo o aparato burocrático, institucional, pedagógico e disciplinador da universidade para a criação de labirintos, meandros e regras que reiteram, com requintes de crueldade, o racismo institucional, a burocratização irracional, a violência sexual e de gênero, como castigos e punições sem critérios e com total ausência de princípios éticos, democráticos, de cidadania plena e justiça para a regulação da situação.

INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS DE UMA ANTROPOLOGIA FEITA “EM CASA”

Quando o campo é o próprio meio universitário em que se está inserido, meio esse que concentra a contemporânea produção hegemônica de conhecimento, há uma série de problemáticas e consequências para quem realiza a pesquisa: como estabelecer os distanciamentos que caracterizam o tradicional “estar lá” e o “estar aqui” do fazer etnográfico? Como lidar com os constrangimentos que se apresentam em campo quando eles se dão na universidade? O que acontece quando quem pesquisa passa a ser visto como “inimigo da instituição”? A qual rede de apoio podemos recorrer então?

Nesse sentido, Strathern (2014) denomina de autoantropologia a pesquisa que é realizada no mesmo contexto social que a produziu e que segue uma suposição que nos tornamos mais conscientes, tanto de nós mesmos transformados em objeto de estudo, ao aprendermos sobre o

nosso próprio meio, quanto de nós mesmos realizando o estudo, ao nos tornarmos sensíveis aos métodos e às ferramentas de análise. Peirano (2014) defende que tudo que nos surpreende, nos intriga, o que estranhemos e nos leva a refletir e a conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos, mostra que a pesquisa de campo não tem um momento certo para começar e acabar, ainda mais quando não há um distanciamento entre o campo de estudo e o de produção de conhecimento, como nos casos de nossas pesquisas, ao voltarmos nossos olhares para as diversas violências e discriminações de raça, gênero, classe e sexualidade que se apresentam no meio universitário contemporâneo.

Spivak (2014) nos alerta sobre os perigos do intelectual representar a si mesmo enquanto transparente, não implicado, na sua tentativa de retratar as experiências concretas dos subalternos. Tal visão se mostra acrítica quanto ao papel histórico da intelectualidade e também dos privilégios institucionais do poder que carrega consigo. Enquanto pesquisadores, estamos enredados nas tramas de poder da academia, no entanto, o nosso “lugar de fala” e toda a nossa corporeidade e pertencimentos nos conferem uma posicionalidade com relação à enunciação que faremos sobre o nosso tema de pesquisa, assim como os seus resultados e as conclusões às quais chegamos, e para nós, é particularmente nesse ponto que a nossa percepção pode ou não ser legitimada e reconhecida a partir dos interesses e das disputas em torno das categorias, termos e conceitos apresentados. É nesse momento que podemos ser acusados de militantes e ativistas, que nossas pesquisas não são neutras, científicas e imparciais, que utilizamos nossas histórias de vida como dados de pesquisa, e que somos tão afetados que não temos o distanciamento necessário para tratar desse tema.

Para Carrara, França e Simões (2018), o engajamento político tem sido uma marca da antropologia brasileira. Longe de constituir um entrave ao compromisso epistêmico, o engajamento é um imperativo ético que permitiu tanto aos antropólogos tornar mais refinada a compreensão de seu próprio ofício, quanto reconhecer que tudo que produzimos é necessariamente situado, política e epistemologicamente. Apontam ainda, seguindo os dizeres de Haraway (1995), que nossos posicionamentos são sempre de caráter parcial, construídos e esboçados de maneira imperfeita. Tal proposição inscreve o conhecimento científico numa posição de conexão parcial, já que não há maneira de “estar” simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas estruturadas por gênero, sexualidade, raça, ou classe que demarcam a identidade da pesquisadora e as identidades de seus interlocutores.

Queiramos ou não reconhecer, todos os saberes são situados, pois provêm de uma certa posicionalidade social, embora tente-se ocultar isso. Ao menos essa é a grande lição das epistemologias feministas, particularmente a dos feminismos negros e decoloniais. Longe de apagar as marcas ou pistas que determinada posição dominante ou dominada imprime aos discursos, o saber situado as coloca em evidência; longe de neutralizar determinado ponto de

vista, trata de reivindicá-lo em razão daquilo que ele visibiliza (Fassin, 2021).

É a partir daí que as violências que estudamos se tornam as violências que sofremos, ao invés da instituição cuidar de quem cuida, acolher quem já tem que lidar com uma tema de pesquisa tão delicado e adoecedor, o fato de trazer à tona o cerne da questão, o que desejamos trazer à luz, ao centro do debate, nos conduz para a posição incômoda daqueles que vão causar desconfortos e desestabilizar a suposta harmonia, cordialidade e afabilidade das relações no espaço acadêmico. Se somos desinvestidos de qualquer forma de agenciamento e não existe espaço dialógico para “falarmos por”, como assevera Spivak (2014), de fato, o nosso “lugar de fala” é daquele que não pode falar.

Para Bento (2002) o processo de branqueamento vai impactar sobremaneira o lugar de onde se fala. Desse modo, observamos que só são aceitos academicamente os corpos subalternizados que reiteram o poder masculino e europeu branco, como também aqueles que não ascendem a ponto de ameaçar os espaços de poder hegemonicamente controlados pelos grupos que se veem como iguais e que pactuam dos mesmos referenciais de pertencimento. Se relacionamos essa análise à produção de conhecimento acadêmico, compreendemos que não há autonomia intelectual se os resultados de pesquisa sempre se pautam naquilo que é desejável para os brancos, mas quando a nossa posicionalidade faz com que rompamos com o pacto narcísico da academia não há espaço ou lugar, nos tornamos a “estraga-prazeres” e a nossa fala é diminuída, silenciada e desqualificada.

A figura da “estraga-prazeres” é representada, segundo Ahmed (2020), por aquelas e aqueles que se envolvem no ativismo político. Dispor-se contra a ordem social, muitas vezes, é a maneira como nos envolvemos na luta coletiva. Somos aquelas que “botam os outros para baixo”, não apenas por falar sobre tópicos “infelizes” como o sexismo, o racismo, o classicismo, o heterossexismo, o capacitismo, dentre outros, mas por expor como a ordem social é mantida apagando sinais de discordância. Manter o conforto público requer que certos corpos “colaborem”, que certos pactos narcísicos sigam inquestionáveis. Recusar-se a colaborar, recusar o lugar em que se é colocada, é ser vista como causadora de problemas, como deixando outras pessoas desconfortáveis, ao romper com os silêncios e os não-ditos presentes no meio acadêmico. Quando denunciemos violências vividas por nós e por outras nesse meio, nos tornamos pessoas “reclamonas”, ao localizar o problema e, conseqüentemente, ao nos tornamos também a sua própria localidade, somos as “inimigas da instituição”.

É partindo desses pressupostos que Ahmed (2021) vai propor a “reclamação”³ como uma pedagogia feminista. Escutar com um ouvido feminista seria escutar quem não é escutada, como nós não somos escutadas pela norma. Aprendemos, assim, como algumas ideias só são

3 “*Complaint*”, no original. Tradução dos autores.

escutadas se elas são consideradas a partir das pessoas em determinadas posições de poder. Uma “reclamação” pode assumir muitos sentidos, algo que é a causa de um protesto ou de um clamor, uma somatização, ou mesmo uma alegação formal. Quando nos envolvemos com uma “reclamação”, passamos também a escutar toda uma série de outras reclamações anteriores, a escutar sobre aquilo que você nem sabia sobre. Dentro da configuração institucional, “reclamações” avançam conforme aqueles que estão posicionados de forma privilegiada nas hierarquias de poder as expressam ou as apoiam. Assim, o caminho de uma “reclamação”, por onde ela passará e seu alcance, nos ensinam sobre as mecânicas institucionais. Todavia, a “reclamação” não busca a consolidação dessas mecânicas, mas o seu desmonte, pois são essas mecânicas que criam barreiras e que definem o que pode ser dito, o que pode ser feito, o que é efetivamente feito, o que é invisível e o que é inaudível.

Sendo assim, a escuta de uma “reclamação” expõe os limites dos pactos narcísicos em nosso meio, assim como os limites de nossas alianças políticas, da escuta e da identificação com o sofrimento alheio, de como os sujeitos se portam diante do poder pessoal e institucional, dos limites da “empatia” com o Outro. Portanto, uma das razões centrais para que algumas pessoas não queiram escutar “reclamações” é porque elas podem vir a ameaçar o vínculo institucional dela com a universidade, com o departamento, com um projeto, com um colega. A escuta nos mostra os limites dos não-ditos dos pactos narcísicos, das tentativas de evitar o embate como possibilidade de se indispor com aliados institucionais.

CAMPO 1 – AUTOETNOGRAFIA OU COMO FALAR DA VIOLÊNCIA QUE PESQUIRO E QUE SOFRO AO MESMO TEMPO?

A autoetnografia é uma metodologia que procura relacionar o pessoal e o coletivo através da reflexão da antropóloga sobre a sua própria experiência, para que, a partir dela, faça a análise de questões da sociedade ou do contexto cultural à qual pertence e está implicada. Tal metodologia, segundo Gama (2020), exige múltiplas camadas de reflexividade, pois pesquisadora e pesquisada são a mesma pessoa. É a partir disso que faço o relato da minha longa experiência enquanto mulher negra e pesquisadora de violências presentes no meio universitário.

O primeiro contato que tive com o tema da violência de gênero no ambiente acadêmico foi entre os anos de 1997 e 2000, quando ingressei no curso de Pedagogia da USP e me tornei moradora do Conjunto Residencial da USP (Crusp). Naquela época, me aproximei do movimento estudantil e me tornei diretora da Associação de Moradores do Conjunto Residencial

da USP (Amorcrusp). Nesse período, recebemos denúncias de várias estudantes que haviam sido estupradas dentro do campus. Procuramos a antiga Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) e, juntamente da Diretora da época, uma professora da Faculdade de Enfermagem, iniciamos reuniões de acolhimento às “vítimas/denunciantes/sobreviventes”⁴.

Alguns anos mais tarde, em 2010, me torno docente do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e passo a desenvolver trabalhos na área das relações étnico-raciais, de gênero, sexualidade e diversidade. Minhas pesquisas em comunidades quilombolas e saberes tradicionais me conduzem a trabalhos de assessoria, coordenação de projetos e atuação na pós-graduação e extensão. Em 2015, fui indicada pela Reitoria ao cargo de Diretora de Ações Afirmativas da recém-criada Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf) e, novamente, me deparo com uma série de demandas da comunidade universitária com relação às denúncias de estupro, assédio moral e sexual e violência de gênero no ambiente universitário, praticados por discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos.

Com isso, revivi emocionalmente as dores e incômodos que, da primeira vez, não fui capaz de compreender, nominar, interpretar. Fiquei pensando por que, naquele momento, não procurei a imprensa, não expus a situação publicamente, não mobilizei politicamente as estudantes, nem mesmo procurei outras instâncias da universidade, embora tivesse uma atuação no Centro Acadêmico da Faculdade de Educação da USP, estando envolvida com diversas ações que promoviam discussões sobre as relações de gênero e sexualidade, e a promoção da equidade de gênero. Analisei que a minha atitude tinha tanto uma preocupação em não expor as “vítimas/denunciantes/sobreviventes”, mas, principalmente, e talvez inconscientemente, não gostaria de macular publicamente a imagem da USP, a melhor universidade da América Latina, e eu, filha de migrantes nordestinos que vieram para São Paulo, uma mulher negra e pobre que havia estudado a vida inteira em escola pública, havia conseguido ingressar nesta universidade, como eu, uma reles mortal havia conseguido chegar ao Olimpo?

4 A denominação sobre a utilização de “vítimas”, “denunciantes” ou “sobreviventes” tem sido problematizada a partir da sua utilização nos diferentes contextos e países, já que a palavra “vítima” como a utilizamos no Brasil, produz uma carga determinante com relação aos danos sofridos e geram revitimizações que negam o agenciamento e as estratégias de resistência e mobilização em prol da busca de responsabilização da instituição, encaminhamento das denúncias, apuração dos fatos e responsabilização dos assediadores/abusadores. No Chile, utilizam a denominação “denunciantes” ou “pessoas afetadas”, essa última traz uma implicação epistemológica e política de percebê-las como pessoa que foi afetada por uma situação de assédio/violência que amplia o foco para além de um único sujeito/corpo/pessoa vitimado, e sim implica toda a comunidade universitária ao afirmar que todas as pessoas que se encontram em um ambiente educativo são afetadas por essa situação de violência e não somente a vítima em si. Já “sobrevivente” é uma denominação muito utilizada na bibliografia norte-americana sobre o tema que traz um sentido de empoderamento e refere-se às pessoas que sofreram esse tipo de agressão, assédio ou violência, extremamente traumática e desumana e ainda assim, sobreviveram a esse episódio e seguem vivas. Devido à complementaridade de todas essas percepções e concepções, na minha pesquisa tenho utilizado todas as denominações juntas.

De uma certa forma, eu também havia sido seduzida e capturada por esse pacto narcísico da academia, no entanto, o meu corpo, quem sou, as questões de pesquisa e as inquietações que eu trazia, enquanto uma estudante/mulher/pesquisadora do meu tempo, não eram as mesmas daqueles que eu gostaria que me aceitassem. Mesmo com todas as máscaras brancas que eu, à força, queria moldar na minha face, quando me mirava no espelho, a minha imagem não refletia as questões existenciais da branquitude (Fanon, 2008). Hoje, eu sei e lido tranquilamente com o fato de que, embora eu tenha feito graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, nunca me senti pertencente e parte da USP, assim como muitos interlocutores e interlocutoras de pesquisa me relatam a mesma sensação e sentimento.

Por outro lado, a experiência anterior fez com que eu, naquele momento, sendo gestora e ocupando um cargo que me permitia ter poder para lidar e encaminhar a situação, favoreceu com que eu decidisse publicizar e trazer à tona uma situação histórica que se apresentava como um fenômeno global que vinha se tornando um problema social de extrema relevância⁵. Juntamente com o apoio da Reitoria e da Diretoria de Comunicação da universidade, assumi a responsabilidade atribuída à Diaaf e o primeiro passo que dei na liderança da equipe foi o de reconhecer que existia na UFJF um contexto de violência, abuso e assédio sexual, principalmente, contra as mulheres e corpos subalternizados, que não mais poderia ser ignorado – ou nos termos dos movimentos sociais, invisibilizado ou silenciado. As primeiras ações institucionais foram: a implementação da campanha: “A universidade é pública, meu corpo não”⁶, e a realização da Semana da Mulher no ano de 2016, quando trouxemos especialistas e pesquisadoras de outras universidades com vasta experiência sobre o tema. Foi exatamente nesse momento que tive acesso à “Rede Não Cala”⁷, formada por professoras da Universidade de São Paulo, e à pesquisa realizada pelo Instituto Avon e Data Popular (Instituto Avon, 2015) sobre a violência contra a mulher no ambiente universitário.

Saber sobre a “Rede Não Cala” foi muito alentador para mim. Imediatamente, pensei “Finalmente vão fazer alguma coisa!”. Penso que é muito importante compreendermos que os processos e as mudanças sociais acontecem em um tempo que é muito diferente do tempo da produção acadêmica, sendo muito importante a escuta e a atenção com relação ao campo que

5 O tema da violência de gênero e do assédio sexual no ambiente acadêmico é algo presente em várias universidades da América Latina e do mundo (Almeida, 2019; Almeida; Marachini, 2017; Almeida; Zanello, 2021; Bezerra, 2021, 2022; Bezerra *et al.*, 2020; Instituto Avon, 2015; Rocha *et al.*, 2021).

6 O objetivo da campanha era sensibilizar a comunidade local e universitária sobre os assédios. Houve um trabalho intenso via comunicação institucional e mídia local que culminaram nas seguintes matérias e vídeos institucionais: A Universidade é... (2016); O Ambiente Universitário... (2016); Arbex (2016), Riolino (2016a, 2016b).

7 A Rede Não Cala foi composta, em abril de 2015, por professoras e pesquisadoras de diferentes institutos da USP em oposição à violência institucional, tendo como principal foco dar às vítimas um suporte que elas não encontraram na Universidade.

está o tempo todo nos mostrando e “gritando” para que ações fossem rapidamente tomadas. Todas as pessoas afetadas que eu entrevistei, desabafaram que decidiram conceder a entrevista em profundidade movidas pelo desejo de que outras mulheres não passassem pelo que elas passaram. Guita Debert pontua como a pesquisa, o movimento social e as reivindicações políticas dão novos contornos à pesquisa etnográfica. Apresenta as contribuições de Laura Nader (2020), citando os apelos que faz para que os antropólogos norte-americanos se voltem ao estudo de sua própria sociedade, com o intuito de que analisem como o poder e a responsabilidade são exercidos nela. Nader enfatiza que essa área do conhecimento estaria “cientificamente adequada”, para responder à “relevância democrática” dessas pesquisas e que trabalhos etnográficos que partam dessas premissas, possibilitam à antropologia se energizar.

Ao finalizar a minha gestão à frente da Diaaf, em 2016, continuei sendo procurada pelas estudantes que me viam como uma referência para a escuta e acolhimento em casos de violência de gênero. No diálogo com outras docentes e pesquisadoras, observamos que éramos, frequentemente, procuradas devido à nossa prática pedagógica diferenciada dos referenciais competitivos da academia, como também, pelo fato de incorporarmos nas nossas disciplinas, epistemologias feministas decoloniais e interseccionais. Decidimos que não tínhamos condições de realizar esse acolhimento sem uma rede de apoio e sem um respaldo institucional, entendemos, portanto, que o fato de sermos docentes, nos colocava em uma posição de menor vulnerabilidade do que as estudantes na correlação das relações de força e poder na universidade. Em março de 2018, iniciamos a articulação de um grupo inicialmente formado por docentes, discentes pesquisadoras do tema, técnicas-administrativas (TAEs) e funcionárias terceirizadas, criando um coletivo de mulheres⁸ para acolher e dar apoio às “vítimas/denunciante/sobreviventes”.

Essa experiência foi muito importante, e dela escrevemos juntas alguns artigos (Bezerra *et al.*, 2020; Rocha *et al.*, 2021), no entanto, percebemos que, nessa correlação de forças, não tínhamos como lidar com tantas demandas e com a violência institucional que se voltava contra nós mesmas, isto é, aquelas que procuravam proteger, cuidar, garantir os direitos e a permanência das estudantes afetadas por esses fenômenos. Muitas docentes e funcionárias adoeceram e deixaram o coletivo; soma-se a isso a precarização do trabalho docente, ao qual estamos submetidas há anos, por conta de nosso gênero que nos sobrecarrega com o trabalho doméstico e cuidado em nossas próprias famílias, e que nos convoca a um trabalho intenso em várias frentes (ensino, pesquisa, extensão e gestão), muitas vezes, com os temas e as áreas de pesquisa e do conhecimento mais vulnerabilizadas e menos valorizadas, relacionadas ao cuidado, à educação, à promoção da diversidade e à garantia dos direitos humanos. Compartilhamos o quanto “sobra”

8 O Coletivo “Marielle Franco” tinha como objetivo promover ações de escuta, acolhimento, apoio e atenção às vítimas de assédio moral, sexual, estupro e diversas outras violências de gênero, independente da orientação sexual e identidade de gênero, pautando o enfrentamento à “cultura do estupro” no ambiente acadêmico.

para nós o acúmulo de funções e de cargos que não são mais estimados socialmente ou que nem conferem tanto prestígio como antes, já os homens, buscam cada vez mais atividades que agregam mais reconhecimento e poder e que são caracterizadas como produtivas.

Em 2015, quando acolhi as estudantes, muitas delas não quiseram dar prosseguimento formal às queixas, se abstendo de encaminharem, via unidades acadêmicas, a realização de sindicâncias e Processos Administrativos. Não obstante, passados alguns anos, os docentes que haviam assediado muitas delas, fizeram novas vítimas, o que causou uma indignação coletiva, acarretando a exposição pública de relatos das abordagens, assédios e violências nas paredes das faculdades, que, devido ao padrão de comportamento dos agressores e da grande quantidade de pessoas afetadas, eram facilmente identificados. Naquele momento, algumas estudantes, ao perceberem que haviam sido assediadas pelos mesmos docentes, resolveram realizar denúncias formais. Fui convidada a depor como testemunha em muitos processos e sindicâncias. Ao prestar depoimento, em diversas ocasiões, sofri uma série de violências. Os advogados dos agressores, oriundos de escritórios de advocacia renomados na cidade, diziam que era praxe pesquisar sobre a vida das testemunhas, e que haviam conversado com alguns colegas de trabalho meus que haviam dito que eu era muito ambiciosa, que não queria ter saído do cargo da Diaaf e que estava envolvida com esse tema que, segundo eles, seria um modismo, pois meu interesse seria me projetar, já que eu gostaria de ser reitora um dia⁹.

Comecei a observar que, assim como as “vítimas/denunciantes/sobreviventes” são desacreditadas e passam a ter o seu comportamento pregresso e a sua vida escrutinada – sendo julgadas por qualquer comportamento que fuja do padrão cis-heteronormativo e das performatividades de gênero esperadas do comportamento feminino, todas as pessoas que passam a compor a sua rede de apoio, e que acreditam nos seus relatos e as acolhem, acabam sofrendo perseguições que reiteram novos ciclos de violência que impactam a saúde mental e física, produzindo adoecimentos e impactos na sua vida profissional e acadêmica. Foi isso o que eu vivi e vivo até hoje. O meu trabalho à frente da Diaaf foi totalmente invisibilizado, e várias possibilidades de participação em pesquisas, bancas, projetos e ações na universidade foram abortadas. Frente a essa situação, e desejando por outro lado me aprofundar nas pesquisas em relações de gênero e sexualidade, no intuito de complementar a minha formação em relações étnico-raciais, é que eu decido realizar o Pós-Doutoramento no Departamento de Antropologia da USP, sob supervisão da PROF^a DR^a. Heloisa Buarque de Almeida, tanto para buscar um respaldo acadêmico e formal em outra instituição, como também para me aproximar da “Rede Não Cala” e, talvez, fazer as pazes com o meu passado e com o remorso que senti por não

⁹ Penso que é importante salientar que a minha carreira de magistério é no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sendo assim, eu nunca poderia ser reitora.

ter feito mais pelas vítimas de estupro que acolhi quando ainda era uma jovem estudante e nem sabia que tantas coisas que vivenciei na minha trajetória educacional e profissional eram violência de gênero e racismo institucional.

Os marcadores sociais da diferença e as violências presentes no meio universitário

As dinâmicas das relações sociais, ainda mais no âmbito universitário, são recortadas por assimetrias de poder que podem levar à violência. Cenas de violência só são inteligíveis através de análises sistemáticas das relações que as posicionam segundo os marcadores sociais que se fazem presentes nelas. Para Gregori (2003), nas últimas décadas, os debates sobre os paradigmas da violência contra a mulher questionam o tratamento do conceito de violência, enfatizando que a violência deve ser tratada como algo “engendrado”, ou seja, perpassado pelas assimetrias de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, dentre outros marcadores sociais da diferença. Assim, existe uma relação, que precisa ser cuidadosamente decifrada, entre a violência de gênero e um conjunto, recortado por variados significados, de concepções e práticas que se articulam e se implicam nas posições de gênero e nos demais marcadores.

Ao falarmos dos marcadores sociais da diferença, estamos nos referindo à perspectiva da interseccionalidade, provinda do feminismo negro estadunidense de ideias produzidas por mulheres negras – Angela Davis, Audre Lorde, Barbara Smith, bell hooks, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins – que elucidam um ponto de vista “de” e “para” mulheres negras. No Brasil, assim como na América Latina, a posicionalidade e as vivências das mulheres negras, indígenas, quilombolas, camponesas e racializadas conduziram a reflexões que questionavam o feminismo branco e europeu, devido ao mesmo não atentar para a pluralidade de possibilidades do “ser mulher” que as diferentes realidades e contextos sociais corporificavam por meio das mobilizações e organização das diversas instituições e movimentos sociais. Desse modo, ainda que não denominassem como interseccionalidade, as análises que articulavam o agenciamento das diferentes identidades e dos inúmeros marcadores sociais que possuíam, ao vivenciarem as opressões e subalternidades construídas a partir desses diferentes aspectos, sentiam no próprio corpo e na própria carne como esse conceito estruturava as suas relações mais cotidianas e banais.

Como aponta Moore (2000), é fundamental não escorregar numa discussão que implique que os marcadores sociais sejam imbricados apenas para os indivíduos que são designados como Outros, tratando a interseccionalidade como mero dispositivo de proliferação de alteridade. Ao contrário disso, a experiência dominante do gênero para as pessoas brancas, por exemplo, está profundamente racializada, pois sua raça é ao mesmo tempo uma categoria não-marcada e construída em contradistinção a outras identidades de raça. Portanto, as marcações sociais de gênero, raça e classe não estão completamente isoladas,

nem constituem distintos reinos da experiência, mas existem em e através da relação que constituem entre si. Tais categorias existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias.

CAMPO 2 – ROMPENDO O SILÊNCIO: A CPI DAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

Meu campo se dá a partir das notícias veiculadas sobre os casos de violência sexual, trotes, racismo, LGBTQIfobia relatados na “CPI das Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas”¹⁰. Busquei compreender como os processos de disputa política, em torno da significação de categorias de violência sexual e de gênero, foram apropriados e representados pela mídia hegemônica brasileira. A repercussão midiática desses casos promoveu a nomeação pública de certas práticas como estupro, abuso e violência sexuais que, tempos atrás, não eram necessariamente significadas desta forma (Almeida; Marachini, 2017).

O levantamento de fontes se deu pela estratégia de acompanhar o fluxo referencial das notícias, partindo daquelas que marcam o início da publicização, em novembro de 2014, passando pela finalização da CPI em março de 2015, e, por fim, pelos desenvolvimentos posteriores que se estendem até 2018. Realizei a reconstrução da narrativa midiática dos casos a partir de quatro jornais: *Estadão*, *Folha de S.Paulo*, *G1* e *HuffPost Brasil*. Essa escolha se deu por um levantamento prévio, que demonstrou que tais jornais tiveram as maiores e mais diversas perspectivas na representação dos casos, o que garantiu a delimitação de um horizonte possível de análise¹¹. Foi construída uma tabela qualitativa, que adquiriu a função de um quadro sinóptico, para realizar o registro de informações mais gerais das notícias, quanto um mais detalhado, resultante da análise conjunta dos dados. Mais de 500 notícias foram registradas¹².

Para analisar o conjunto de notícias, apliquei métodos de trabalhos de campo em arquivos. Entre arquivos físicos e virtuais, lida-se basicamente com textos, sendo que esses

10 Tal narrativa midiática foi trabalhada num projeto de iniciação científica realizado entre 2017 e 2018 enquanto graduando de Ciências Sociais. Com orientação da Dr^a. Carolina Parreiras e apoio financeiro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq).

11 Ainda assim, outros jornais foram usados na tentativa de ampliar os eventos, principalmente, após a conclusão da CPI, quando os quatro jornais escolhidos diminuíram a cobertura dos casos.

12 Dado que o material apresentado está disponível *on-line* em diferentes portais de notícias, não apresento as referências completas das notícias. Apenas apresento de qual portal e data a retirei. Utilizo dessa estratégia de anonimização para não gerar uma identificação direta das pessoas retratadas, particularmente das vitimizadas. Apenas nomes de instituições e figuras públicas foram mantidos.

representam um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações históricas e culturalmente constituídas, que estão permanentemente sujeitas a novas leituras e interpretações (Cunha, 2004). Lowenkron e Ferreira (2014) defendem que documentos etnográficos requerem que o pesquisador estabeleça um “diálogo com” e considere a agência daqueles que não são imediatamente identificados como sujeitos de pesquisa: as pessoas sendo documentadas e o próprio registro textual, no caso específico desta pesquisa, o conjunto de atores sociais mobilizados nas notícias. Com um esforço para não perder de vista a natureza assimétrica dessas relações que, representadas nos relatos jornalísticos, definem um espaço produtivo de diferentes reflexões e potencialidades do conceito de agência, num sentido antropológico, como a capacidade social e culturalmente mediada de ação¹³. A análise a seguir, em parte, se dá por um retorno àqueles resultados, buscando ampliá-los, destacando quais violências foram priorizadas e quais se tornaram secundárias, problematizando a “economia moral” em torno do sofrimento no ambiente universitário; por outro, se dá pelo desenvolvimento da minha trajetória acadêmica e política. Todas as pesquisas que realizei até o momento tiveram a universidade como recorte¹⁴.

Em 11 de novembro de 2014, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) publicou uma nota, em seu site oficial, relatando que três vítimas de violência sexual haviam prestado depoimento, no qual narraram as agressões sofridas em festas organizadas pela Associação Atlética da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Também alegavam a pressão a que foram submetidas para não “manchar a imagem da instituição”¹⁵. Em questão de horas, as denúncias eram escrutinadas em diversos veículos da mídia brasileira.

Simultaneamente, um relatório interno feito para avaliar a série de denúncias de violação de direitos humanos, na unidade, constatou que a violência sexual ocorria de forma repetida na unidade. O abuso moral seria prática constante e o consumo excessivo de drogas lícitas, ilícitas e de prescrição seria rotineiro. A avaliação geral era que “o retrato do que se passa dentro da faculdade não é nada abonador para a instituição”. Como resultado, aprovou-se a criação de um centro de direitos humanos para dar assistência jurídica e psicológica para alunos e alunas que se sentissem “vítimas de qualquer tipo de violação”, como agressões sexuais, machismo, racismo e homofobia¹⁶. Além disso, proíbe-se o consumo de álcool e festas na universidade até que fosse pensado um modelo consciente de consumo¹⁷. Como já havia sido apontado pela professora

13 Um maior detalhamento dos métodos utilizados pode ser encontrado em Piva (2019, 2020).

14 As mais recentes foram impulsionadas pelos desenvolvimentos da CPI, busquei analisar um tipo específico de sofrimento muito presente naquelas narrativas e na minha própria trajetória, o sofrimento psíquico discente, e sua relação com as diversas transformações recentes na universidade (Piva, 2023, 2024).

15 Alesp (11 de novembro de 2014).

16 *Estadão* (14 de novembro de 2014).

17 *Folha de S. Paulo* (26 de novembro de 2014).

Heloisa Buarque de Almeida, casos de estupro e violência sexual dentro da universidade são mais comuns em festas e trotes¹⁸.

A nota publicada pela Alesp foi o marco inicial da publicização do que viria a se tornar a “CPI das Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas”, no mesmo ano, processo no qual os deputados paulistas realizaram uma “devassa” contra formas de desrespeito aos direitos humanos em universidades públicas e privadas de SP¹⁹. Dentre os objetivos da CPI estavam: apurar o financiamento das festas em que ocorreram os casos denunciados e apurar denúncias semelhantes em qualquer universidade, pública ou privada, do estado de São Paulo. Seguem um relato das denúncias realizadas:

Uma estudante do curso de veterinária relatou ter sido estuprada por um intercambista em uma república de Pirassununga (SP), em 2013. A aluna relatou que, durante a noite, houve uma festa no campus. Depois da festa, ela e alguns colegas foram dormir numa república próxima. O agressor foi dirigindo. Ela não o conhecia, mas o tinha visto antes na festa. Quando chegaram na república, o pessoal preferiu ficar do lado de fora, onde havia uma piscina. Por ter bebido e estar cansada, ela preferiu dormir em um dos quartos. Sabendo que uma das colegas iria dormir no mesmo quarto que ela, assim deixou a porta apenas encostada. O agressor então entrou no quarto e ficou conversando com ela, sendo que ela pedia insistentemente para ele sair, contudo ele continuava insistindo em ficar. Apesar de seus pedidos, ele continuou a se aproximar de sua cama. Diante da irritação dela, ele falava “tudo bem, você não precisa querer, vai ser rápido, olha, eu tenho camisinha, vou mostrar como se faz de onde eu venho”. “Teve uma hora que eu apaguei e acordei com a dor dele me penetrando por trás, doeu muito, eu me assustei e virei, quando o empurrei ele me segurou com força. Eu levantei o tom de voz e ele também, e me empurrava para cama e subiu em cima de mim. Tocava música alta lá fora”. Depois de se debater contra ele, pedindo para ele a soltar, “eu menti, falei que ia ceder, mas que precisava ir ao banheiro. Não achei que ele fosse acreditar, mas acreditou e me deixou ir, dizendo para eu voltar senão ele ia atrás”. “Saí do quarto, e não me ocorreu de falar com ninguém, porque eu estava muito indignada e assustada e estava todo mundo caindo de bêbado, não ia dar em nada”. Ela correu até chegar à portaria da faculdade onde, com grande dificuldade para se expressar, relatou o que tinha acontecido para um segurança. Ele se ofereceu para levá-la para fazer o exame de corpo de delito, mas acabou sugerindo que o que ela realmente precisava aprender era como se cuidar porque aquilo não ia dar em nada.

Depois de um tempo, ao procurar uma assistente social, esta avisou que já tinha falado com o agressor. Ele teria ido acompanhado de um amigo, ambos afirmaram que “ela queria,

18 *GI* (23 de agosto de 2014).

19 *HuffPost* (26 de novembro de 2014).

ela bebeu, ela estava dando risada, durante a festa toda ela ficou conversando com todos os meninos, e ela tentou ficar comigo e não conseguiu, ela se comportava como se quisesse transar com qualquer um”. Diante disso, “chorei, tremia de raiva [...], ela me disse que eu teria que aguentar esse tipo de fala se quisesse ir para frente com isso”. É também alertada de que o agressor poderia processá-la por danos morais, que os pais dele iam ficar sabendo, que ia destruir a vida dele. Por fim, afirma: “sempre que acontece isso as pessoas dizem que a culpa é sua, que não vai dar em nada de qualquer jeito, e que é melhor deixar para lá, que na verdade não foi nada demais, e isso faz você se sentir ainda pior e duvidar de si mesma”. “Você fica chocada por como uma violência que a abalou tanto não significa nada para a sociedade, para as pessoas com as quais você convive, de que você gosta. Eu demorei para contar para os meus pais porque, se eu ouvisse deles o que ouvi de muita gente, eu achava que iria desmoronar, que não iria aguentar”²⁰.

De forma condensada, a CPI durou 83 dias, foram feitas 37 audiências. Podem ser destacados dois resultados principais: a aprovação de uma lei que impede o trote, com a previsão de expulsão de alunos e exoneração de funcionários envolvidos; e a suspensão do Show Medicina, a pedido do Ministério Público Estadual²¹. Contudo, dois anos após a proibição das festas, a Associação Atlética voltou a anunciar a volta da festa dos “carecas” com uma outra roupagem, embora mantendo essencialmente a estrutura anterior. A grande diferença é que ela deixou de ocorrer nas dependências da universidade, com uma aludida promessa de serem mais atentos quanto às situações de possível vulnerabilidade. Em 2017, verificou-se também que o Show ainda era divulgado na unidade²².

As investigações resultaram em dez denúncias formais de estupro, das quais seis dizem respeito à FMUSP. Dos dez casos, três resultaram em sindicância²³. Desses alunos, apenas um foi suspenso, por seis meses. A pedido dos diversos coletivos, a suspensão foi prolongada por mais um ano. Todavia, em setembro de 2016, a prorrogação da suspensão chegou ao fim, antes mesmo do processo judicial ter sido encerrado, o que permitiria que este aluno pudesse obter o diploma de Medicina. O anúncio da possibilidade de sua colação de grau reacendeu o debate acerca da impunidade dos agressores na Universidade e a preocupação com a segurança das alunas²⁴. Apesar de protestos, a FMUSP fez secretamente a colação de grau, e com isso, o acusado poderia receber o registro no CRM e exercer a profissão de médico, mesmo ainda

20 *GI* (23 de dezembro de 2014).

21 *Estadão* (2 de janeiro de 2016).

22 *Jornal do Campus* (24 de novembro de 2017).

23 *Estadão* (2 de janeiro de 2016).

24 *Jornal do Campus* (19 de novembro de 2016).

sendo réu na Justiça Comum e esperando ser julgado²⁵. Em fevereiro de 2017, o acusado foi absolvido, segundo o juiz que presidiu, havia “inconsistência das declarações da ofendida”²⁶, o fato de a estudante ter entrado no quarto do acusado “de livre e espontânea vontade” e ter dito a duas amigas, que estavam do lado de fora, “que ali permaneceria”, estariam entre os motivos para julgar improcedente a ação²⁷. A defesa recorreu da decisão. O acusado foi absolvido em segunda instância com argumentos congruentes com os anteriores e pode obter o CRM em outro estado²⁸.

A construção de “vítimas legítimas” e de “vítimas preteridas”

Algo a ser destacado de todo o processo de publicização é que, embora buscasse dar visibilidade a diferentes formas de violências presentes no âmbito universitário – violências de gênero, casos de racismo e LGBTQIfobia –, os casos envolvendo violências de gênero, seja de assédio ou de abuso, foram os que mais mobilizaram a atenção pública através das mídias, fazendo com que as outras violências fossem vistas de forma secundária. Vemos nisso um certo processo político de definição de quem são as “vítimas legítimas” e quais são as “vítimas preteridas” segundo os marcadores sociais da diferença.

Como Fassin (2012) nos mostra, o sofrimento não é apenas uma categoria psicológica ou fisiológica, mas também uma construção contemporânea e política, no sentido da sua entrada na esfera pública e de ter se tornado um problema político. Representações culturais do sofrimento são apropriadas pela cultura popular e por instituições para propósitos morais e políticos. Essas representações moldam o sofrimento como uma forma de experiência social, como algo que é aprendido e compartilhado. Assim, o que representamos e como nós representamos prefiguram o que será ou não feito para intervir (Kleinman; Das; Lock, 1997).

O sofrimento hoje é uma linguagem do presente, uma “economia moral”. Nos termos de Fassin (2015), a economia moral se refere à produção, circulação e apropriação de valores e afetos em relação a um determinado problema social que, conseqüentemente, caracteriza um momento histórico particular e um mundo social específico a maneira que esse problema é constituído e entendido coletivamente. Os valores e afetos definem “sentimentos morais” que direcionam nossa atenção ao sofrimento dos outros, principalmente dos mais vulneráveis, e nos fazem querer remediá-lo.

No Brasil, como aponta Sarti (2011), a categoria “vítima” tem adquirido uma crescente

25 *Cult* (4 de novembro de 2016).

26 *Nexo Jornal* (19 de julho de 2018).

27 *Jornal do Campus* (19 de novembro de 2016).

28 *Carta Capital* (16 de agosto de 2018).

legitimação moral para determinadas demandas sociais, como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, lhe dando inteligibilidade dentro de uma gramática política. A autora defende que precisamos, em nossos contextos etnográficos, levar em conta o contexto em que a violência é nomeada, quais agentes sociais a nomeia, como e quem define as figuras de “vítima” e do “agressor” e, por fim, como se expressa o sofrimento por quem vivencia ou vivenciou. Tudo isso nos levaria a perceber quem são os sujeitos que são reconhecidos ou não dentro do âmbito das ações e reivindicações que derivam desse processo reparativo.

Ao tratar das violências sexuais, da figura da “vítima” e do “algoz”, os marcadores sociais de raça, sexualidade e classe se tornam não-marcados, contudo expressam uma configuração específica. As vítimas dessas violências são apresentadas, quase em sua totalidade, como mulheres, brancas, heterossexuais e de classe média e alta; no outro polo, os algozes são construídos como homens, brancos, heterossexuais e de classe média e alta. A variação no posicionamento de ambas as figuras se dá numa diferenciação de gênero, se supõe que todas as vítimas sejam heterossexuais. Tal configuração carrega consigo, direta ou indiretamente, algumas suposições que podem ser nefastas ao se tratar de sujeitos que estão fora do quadro de vítimas mulheres, brancas, heterossexuais e de classe média e alta.

Uma mulher negra, por exemplo, nesses termos, independentemente de sua sexualidade ou classe, tenderia a ser construída como uma vítima de racismo do que de violência sexual. Há assim, tanto uma hierarquização e uma dissociação da intersecção dos marcadores, quanto uma certa “economia moral” de quais seriam os sujeitos que teriam seus relatos de violência construídos dentro de uma determinada categorização do que outra, quais são os sujeitos que constituiriam as vítimas “legítimas” da violência de gênero e quais não. Como nos mostram as teóricas da interseccionalidade, os marcadores não constituem distintos reinos da experiência. Seja quando passa por um assédio ou uma injúria racial, tal mulher passa por violências que intersectam gênero e raça com outros marcadores.

Ao falarmos das diversas violências que acontecem no meio acadêmico, estamos tratando de relações sociais, de reintegrar e articular os marcadores para entender analiticamente as fronteiras do sofrimento tido como legítimo ou não, assim como a necessidade ou não de ações institucionais para mitigá-lo. Não é uma tentativa de reduzir ou de relativizar o sofrimento que determinadas pessoas passaram, mas de apontar que não é todo sofrimento, nem todo sujeito que tem suas reivindicações por reparação tornadas um problema político da mesma forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de experiências de pesquisa distintas envolvendo relatos de violência ocorridas no meio acadêmico, buscamos neste artigo problematizar como as representações dessas violências vêm carecendo o enfrentamento de alguns dilemas éticos de difícil solução, que colocam em xeque pressupostos etnográficos básicos, tais como, a noção de que há uma separação entre sujeito e objeto. Somos sujeitos históricos do nosso tempo e, por mais que alguns recomendem separarmos nossas práticas políticas e militantes da nossa prática intelectual, entendemos que nenhuma área do conhecimento é passível de uma neutralidade apolítica e de um real afastamento, pois, somos contemporâneos da construção, invenção e recriação de categorias que, em outro tempo, não eram evidentes e que agora são passíveis de serem desveladas e recriadas a partir do contato com as perspectivas trazidas por nosso campo. Compreender que, embora essas diferentes práticas sejam autônomas, não significa que elas não tenham seus pontos de intersecção, de contato e diálogo, nem também que sejam ausentes de legitimidade e autenticidade.

Quando Spivak (2014) questiona se o subalterno pode realmente falar e acaba concluindo com uma negativa, ela procura mostrar como a fala do subalterno é sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um outro, tornando-se transparente, como não implicado nas tramas desiguais de poder entre eles. Contudo, a tarefa não deve recair na ilusão de que, pela posição ocupada socialmente, possa realmente falar “pelo” outro em sua heterogeneidade. Pelo contrário, deve-se tentar falar “com”, criar espaços nos quais o sujeito subalterno possa falar e, mais do que isso, para que possa ser ouvido. O subalterno tanto não pode falar porque ao seu discurso não é atribuído valor quanto por não ser ouvido pelos outros.

Buscamos construir um olhar etnográfico que explicita uma política de alianças com as vozes suprimidas ou silenciadas dentro das universidades, rumo à promoção de uma justiça social e igualdade de gênero, raça, classe, sexualidade. Tendo consciência que as metodologias acionadas lidam com alguns reptos consideráveis para sua execução. No entanto, estes pontos, ao invés de inviabilizarem a realização de nossas pesquisas, são exatamente o que justificam sua relevância, tanto teórica e metodológica, quanto para a defesa e garantia dos Direitos Humanos. Assim sendo, nossa perspectiva etnográfica não é a de uma pretensa neutralidade, mas de uma posicionalidade das nossas próprias subjetividades. Dando voz às subalternidades, aos que demandam reconhecimento, apresentando suas falas e questionando o silenciamento e a invisibilidade de suas narrativas no meio acadêmico.

Uma das problemáticas que se apresentam cotidianamente em nossos campos é como acessar a fala e a voz das pessoas afetadas. Em casos de violência, este impasse é intensificado. Sabemos que narrar novamente os assédios e violências é fazer com que essas memórias sejam revividas e recontadas, o que, além de aumentar a sua exposição, faz com que os traumas e

sofrimentos sejam novamente rememorados. Apesar dos desafios encontrados e dos próprios valores éticos envolvidos, optamos por romper o silêncio.

Retomando o conceito de pacto narcísico apresentado no início deste artigo, compreendemos que as nossas vozes não são consideradas, pois não fazemos parte desse contrato, o poder e a potência da relação cíclica entre as gerações que dão continuidade às tradições acadêmicas não veem em nossos corpos e presenças a ligação com os valores civilizatórios e epistemológicos que se construíram a partir de uma ótica e de uma ética europeia, ocidental e judaico-cristã (Kaës, 1997).

Ouvir, como nos diz Kilomba (2019), é um ato de autorização em direção à falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. É a partir disso que aquelas que são ouvidas, pertencem, os que não, não pertencem. O meio acadêmico brasileiro, apesar das suas transformações demográficas recentes, ainda é um espaço branco, masculino, elitista onde o privilégio de fala tem sido negado para todas aquelas que não se enquadram nesses termos. Historicamente, é um espaço onde temos estado sem voz, em que somos feitos de objetos de discursos, mas raras vezes sujeitos do mesmo. Como procuramos demonstrar, isso não se dá porque não temos falado, mas pelo fato de que nossas vozes, nas tramas de poder contemporâneas, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas inválidas.

Dessa forma, só nos resta buscar alianças com os corpos subalternizados, invisibilizados que resistem nesse espaço, por meio de uma escuta feminista. Seguimos incomodando, sendo estraga-prazeres, construindo nossas redes de apoio, enfrentando o poder hegemônico que insiste em nos diferenciar deles de forma negativa e estereotipada, sempre a partir do registro da falta.

REFERÊNCIAS

1. A UNIVERSIDADE É pública. Meu corpo não. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (1 min). **Youtube**, 8 mar. 2016. Disponível em: <https://shorturl.at/S6eOk>. Acesso em: 8 mar. 2025.
2. AHMED, Sara. **Complaint!** Durham: Duke University Press, 2021.
3. AHMED, Sara. Estraga-prazeres feministas. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27642. Acesso em: 11 mar. 2025.
4. AHMED, Sara. **On Being Included: Racism and Diversity in Institutional Life**. Duke: Duke University Press, 2012.

5. ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Violence sexuelle et de genre à l'université: du secret à la bataille pour la reconnaissance. **Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales**, [s. l.], n. 16, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003031603>. Acesso em: 11 mar. 2025.
6. ALMEIDA, Heloisa Buarque de; MARACHINI, Laís Ambiel. De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/5sdcpFssnqqvsJZKHzDjfFC/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
7. ALMEIDA, Tânia Mara. Campos. de.; ZANELLO, Valeska. **Panoramas da Violência contra mulheres nas Universidades Brasileiras e Latino-Americanas**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, 2021.
8. ARBEX, Daniela. Violência sexual é realidade no mundo acadêmico. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 10 abr. 2016. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/10-04-2016/violencia-sexual-e-realidade-no-mundo-academico.html/>. Acesso em: 7 mar. 2025.
9. BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 16, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2228>. Acesso em: 11 mar. 2025.
10. BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
11. BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
12. BEZERRA, Carolina dos Santos. A gente não vai acreditar nessa neguinha!: violência sexual, de gênero, raça e classe na universidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v. 8, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/13382>. Acesso em: 11 mar. 2025.
13. BEZERRA, Carolina dos Santos. Violência de gênero no ambiente acadêmico: direitos humanos, interseccionalidade e marcadores sociais da diferença. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 19-27 out. 2021. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 2021.
14. BEZERRA, Carolina dos Santos; MACHADO, Joana de Souza; OLIVEIRA, Luciane Monteiro; BERGO, Vitória Marques. Violência sexual e de gênero no ambiente acadêmico: uma questão de direitos humanos. In: ZANIRATO, Tatiana; GONÇALVES, Estael de Lima. **Caminhos dos saberes: extensão universitária em tempos de isolamento**. Jataí: Editora dos Autores, 2020. p. 204-244.
15. BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO Rosana Ramos da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 76, 1991.

16. CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.
17. CARRARA, Sérgio; FRANÇA, Isadora Lins; SIMÕES, Júlio Assis. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/145514>. Acesso em: 11 mar. 2025.
18. CRUZ, Elizabete Franco; ALMEIDA, Heloisa Buarque de; D'OLIVEIRA Ana Flávia Pires Lucas; LIMA, Elisabeth Freire de Araújo; LAGO, Cláudia; MACHADO, Adriana Marcondes. Don't Stay Silent. **Annual Review of Critical Psychology**, Manchester, v. 15, 2018. Disponível em: <https://discourseunit.com/wp-content/uploads/2018/11/arcp-15-sex-and-power-in-the-university-updated.pdf>. Acesso em 14 mar. 2025.
19. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2004.
20. DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.
21. DEBERT, Guita. Desafios da politização da Justiça e a Antropologia do Direito. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/36433>. Acesso em: 11 mar. 2025.
22. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
23. FASSIN, Didier. Governing Precarity. In: FASSIN, Didier (ed.). **At the Heart of the State**: The moral world of institutions. London: Pluto Press, 2015. p. 1-12.
24. FASSIN, Didier. **Humanitarian reason**. A moral history of the present. Los Angeles: University of California Press, 2011.
25. FASSIN, Eric. Sou um homem branco? Epistemologia política do paradoxo majoritário. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/w6L6Jvp555MBXwX9N3Gy7Zz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.
26. GAMA, Fabiene. A Autoetnografia como método criativo: experimentações com a Esclerose Múltipla. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 45, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/33792>. Acesso em: 11 mar. 2025.
27. GREGORI, Maria. Relações de violência e erotismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 20, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PVBzZrb4qXXDvCrhxDMYB7J/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.
28. GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.

29. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1995.
30. INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Avon, 2015.
31. KAËS, René. **O grupo e o sujeito do grupo**: elementos para uma teoria psicanalítica do Grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
32. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
33. KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. Introduction. In: KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997. p. XI-XX.
34. LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/3jnYPgTxPknzVBNqh7Jr5yt/abstract/?lang=en>. Acesso em: 11 mar. 2025.
35. MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, 2000.
36. NADER, Laura. Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 49, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44427>. Acesso em: 11 mar. 2025.
37. O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO possui uma cultura que violenta cotidianamente as mulheres. **UFJF notícias**, Juiz de Fora, 9 mar. 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2016/03/09/o-ambiente-universitario-possui-uma-cultura-que-violenta-cotidianamente-as-mulheres/>. Acesso em: 8 mar. 2025.
38. PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/JHz4fHXBbzRXz3Xnk4VVrSw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.
39. PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.
40. PIVA, Felipe Paes. As transformações do fazer etnográfico no mundo digital: uma discussão a partir de narrativas midiáticas sobre violência sexual nas universidades paulistas. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 25, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/219520>. Acesso em: 11 mar. 2025.
41. PIVA, Felipe Paes. Estratégias antropológicas incipientes para uma etnografia digital: uma discussão a partir de narrativas midiáticas sobre violências sexuais, de gênero, e

- trotos numa Faculdade de Medicina. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175324>. Acesso em: 11 mar. 2025.
42. PIVA, Felipe Paes. O adoecimento psíquico na graduação e os marcadores sociais da diferença na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). **Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, [s. l.], v. 27, n. 2, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/14044>. Acesso em: 11 mar. 2025.
43. PIVA, Felipe Paes. Os Impactos das Transformações dos Arranjos Institucionais de Cuidado na Saúde Mental Discente: um estudo das múltiplas dimensões do sofrimento psíquico de graduandos da FFLCH-USP. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, Salvador, v. 5, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/20268>. Acesso em: 11 mar. 2025.
44. RIOLINO, Bárbara. A Universidade é pública, meu corpo não. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 3 mar. 2016a. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/03-03-2016/mulheres-contr-a-violencia.html>. Acesso em: 8 mar. 2025.
45. RIOLINO, Bárbara. Estudantes da UFJF expõem em varal pedidos de mais segurança no campus. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 26 fev. 2016b. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/26-02-2016/varal-expoe-trechos-de-abusos-sofridos-na-ufjf.html>. Acesso em: 8 mar. 2025.
46. ROCHA, Carol Martins da; BEZERRA, Carolina dos Santos; ARRIBAS, Célia da Graça; MACHADO, Joana de Souza. Do Silenciamento ao Enfrentamento: a experiência do Coletivo Marielle Franco – Mulheres-UFJF nas ações de combate à Violência de Gênero no ambiente universitário. In: ALMEIDA, Tania Mara Campos de; ZANELLO, Valeska. **Panoramas da Violência contra mulheres nas Universidades Brasileiras e Latino-Americanas**. Brasília: UnB: OAB, 2021. p. 439-466.
47. SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6SsSn5qbWRPcryFFqvb6TyQ/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
48. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
49. STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Carolina dos Santos Bezerra

Docente do Departamento de Ciências Humanas do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da

Universidade de São Paulo. Pós-Doutoranda em Antropologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6361-1197>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: carolsb@alumni.usp.br

Felipe Paes Piva

Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5574-407X>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: felipe.piva@usp.br